

DOCUMENTO FINAL DA OFICINA DE FORMAÇÃO POLÍTICA JURÍDICA

Aldeia Boará, Terra Indígena Boará/Boarazinho, Ilha do Pananim, 14 a 16 de Abril de 2023.

Procedimentos de demarcação de terras indígenas, o funcionamento do Estado Brasileiro, situação das demandas fundiárias, conjuntura política com relação aos povos indígenas e as violações de direitos territoriais.

Nós, Povos indígenas Kokama, Kambeba, Ticuna, Apurinã e Kaixana, das aldeias Barreira da Missão de Cima, Barreira da Missão de Baixo, Betel, Boará, Kanata Ayetu, Arauiri, Macari, Vasques, Novo Destino, Nova Aliança, Severino, Patauá, Porto Praia e Projeto Mapi, das Terras indígenas Barreira da Missão, Boará/Boarazinho da Ilha do Panamin, Porto Praia de Baixo, Patauá, Severino e Projeto Mapi, participantes da Oficina de Formação Política Jurídica sobre os Procedimentos de demarcação de terras indígenas, o funcionamento do Estado Brasileiro, Direitos territoriais, CF/1988 e Convenção 169 da OIT, situação das demandas fundiárias, conjuntura política com relação aos povos indígenas e as violações de direitos territoriais, realizados nos dias 14 a 16 de abril de 2023, na aldeia Boará, TI, Boará/Boarazinho da Ilha do Panamin, em Tefé, no Amazonas, realizado pela Equipe do Conselho Indigenista Missionário, CIMI na Prelazia de Tefé, com apoio das lideranças indígenas, de CAFOD (Agência Católica Para o Desenvolvimento) e Assessoria Jurídica do CIMI Regional Norte 1 (AM/RR).

“Discutir sobre os processos e as instâncias governamentais envolvidas na regularização de terras no Brasil, dos novos elementos trazidos por um novo governo, a partir do ano de 2023, para que os povos indígenas possam estar capacitados para monitorar e denunciar as violências para as instituições e órgãos competentes sobre essa temática”, foi um dos objetivos da atividade e que norteou os debates e as plenárias.

No decorrer da oficina, fortalecemos os conhecimentos sobre nossos direitos contidos na Constituição Federal de 1988, no Estatuto dos Povos Indígenas, na Convenção 169 da OIT, para fundamentação de diálogo, das lutas coletivas para a garantia dos nossos direitos, de nossos territórios e preservação dos recursos naturais existentes nelas, bem como os nossos valores e conhecimentos, praticas culturais.

O projeto de futuro e de vida de nossos Povos perpassa por nossas lutas e as mobilizações para que tenhamos garantido e efetivado nossos direitos consagrados nos instrumentos jurídicos que constantemente tem sido alvo de ataques por grupos que pautam o interesse dos latifundiários, dos garimpeiros, madeireiros, grandes empresários, que visam adentrar nos territórios indígenas para explorar de forma predatória os recursos naturais.

“A dor de um, é a dor de muitos”. Diante dos constantes ataques aos nossos direitos, as nossas vidas, reafirmamos a resistência indígena que descende de uma ancestralidade que tem na floresta, nos rios, nos bichos e na mãe terra parte de nossa existência, do nosso ser e viver harmoniosamente com a *“casa comum”*, cuidando e preservando o chão onde fincamos nossa morada, nossa existência, onde cantamos e dançamos nossa cultura, valorizamos nossas

DOCUMENTO FINAL DA OFICINA DE FORMAÇÃO POLÍTICA JURÍDICA

Aldeia Boará, Terra Indígena Boará/Boarazinho, Ilha do Pananim, 14 a 16 de Abril de 2023.

línguas maternas, plantamos e produzimos nossa sobrevivência para que tenhamos nossos *“territórios livres, com comida sem veneno e povos sem fome”*.

Somos conhecedores de que para seguridade de nossos direitos, a proteção de nossos territórios, de nossas vidas, nossa autonomia estar na força e resistência que ao longo dos anos vem sendo fortalecida por meio de nossa união, nas lutas coletivas, e nas alianças com nossos parceiros. Unificando nossas lutas, almejamos ter nossos territórios demarcados, protegidos, preservados, livres da ganancia dos invasores para que possamos desenvolver o projeto do *“Bem viver”*.

No decorrer da oficina, dos trabalhos de grupos e nas plenárias, fomos construindo caminhos possíveis para que nossos desejos, aspirações sejam concretizados diante das instituições responsáveis pela efetivação de nossos direitos. Assim, nós povos indígenas, presentes na oficina, denunciemos, reivindicamos as seguintes questões levantas:

- Nossos povos necessitam de água limpa e potável;
- Nossos rios precisam de segurança e combate aos ataques de piratas no médio Rio Solimões que tem ameaçado e mudado a dinâmica da vida de nossos povos indígenas que utilizam o rio para as atividades de pesca, coleta de frutos silvestres e idas a sede do município para a comercialização de produtos agroextrativista; acessar as políticas públicas de saúde, educação, serviços previdenciários e outros;
- Proteger nossas terras das invasões de garimpeiros, madeireiros, caçadores, pescadores, traficantes de drogas entre outros invasores que depredam nossos territórios;
- A regularização, reconhecimento de nossos territórios indígenas é necessário para manutenção de nossa sobrevivência – **DEMARCAÇÃO JÁ!**
- Que a FUNAI seja reestruturada na região do médio Solimões para que atue de forma efetiva em nossas terras indígenas e nos encaminhamentos das diversas demandas que lidam com a vida dos povos indígenas, principalmente as políticas de proteção territorial.
- Denunciamos a extração ilegal de madeira, retirada de areia, da pesca predatória, da caça e retirada dos recursos naturais de forma ilegal em nossos territórios.
- Denunciamos os conflitos com não indígenas que adentram em nossas terras indígenas e não temos como fazer o enfrentamento e nossas lideranças sofrem ameaças.
- Existe a necessidade de haver assistência médica com frequência nas aldeias, principalmente nas terras indígenas em processo de reconhecimento étnico e territorial.
- Entrada de bebidas alcoólicas e outras drogas nas aldeias tem levado consigo a violência e a morte cultural, principalmente de nossos jovens.
- As escolas das aldeias precisam ser reformadas e algumas melhor equipadas para assegurar que o povo possa participar do processo de formação, educação com dignidade, respeito e proteção as nossas vidas.

DOCUMENTO FINAL DA OFICINA DE FORMAÇÃO POLÍTICA JURIDICA

Aldeia Boará, Terra Indígena Boará/Boarazinho, Ilha do Pananim, 14 a 16 de Abril de 2023.

- Pedimos que sejam construídas casas para os professores que lecionam nas escolas das aldeias.
- Queremos que seja criada a categoria de guarda florestal através de documento oficial e assim, poderem receber apoio para suas atividades de proteção territorial e defesa de nossas aldeias.
- Criação do processo seletivo simplificado indígena para contratação de professores indígenas para as escolas indígenas.
- Que a política de atenção á saúde dos povos indígenas seja efetivada, levando atendimento de qualidade para nossas aldeias – Construção, reforma dos Polos Bases de Saúde; cota de combustível suficiente para atender a demanda dos povos indígenas.
- Que seja proporcionado momentos de formação para os profissionais de saúde indígena e que estes momentos formativos contemplem as necessidades e especificidades culturais, tradicionais e linguística de cada povo.
- Repudiamos todo e qualquer projeto de lei que venha afetar a vida e violar os direitos dos povos indígenas.
- Que o IDAM, Instituto Mamirauá, SEPROR, Secretaria Municipal de Produção, Fundação Estadual do Índio (FEI), FUNAI e outros aliados apoiem projetos agroflorestais, sustentáveis nos territórios indígenas.
- Que o Poder Público respeite a autonomia de nossas aldeias; as decisões que são encaminhadas para o poder público, e que sejamos consultados em relação a qualquer tipo de projetos, empreendimentos e atividades dentro de nossos territórios, como nos é garantido.
- Pedimos respeito as nossas diversas formas de organização, nossa cultura e nossos projetos próprios de autonomia indígena.

Por fim, repudiamos qualquer tipo de tentativa de aprovação do Marco Temporal ou qualquer outro tipo de lei que atentam contra a vida e os direitos dos povos indígenas. Reafirmamos nosso protagonismo e a nossa resistência em defender nossos direitos e nossas vidas.

Assinam:

DOCUMENTO FINAL DA OFICINA DE FORMAÇÃO POLÍTICA JURIDICA

Aldeia Boará, Terra Indígena Boará/Boarazinho, Ilha do Pananim, 14 a 16 de Abril de 2023.

ASSINATURA DO DOCUMENTO FINAL DA OFICINA DE FORMAÇÃO POLITICA JURIDICA